



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Soffiati, Arthur

DNOS. UMA INSTITUIÇÃO MÍTICA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 7, núm. 2, novembro, 2005, pp. 61-76

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional  
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951700005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## DNOS

### UMA INSTITUIÇÃO MÍTICA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

ARTHUR SOFFIATI

**RESUMO** *Tomando por base o conceito de mito histórico, amplamente estudado por Raoul Girardet e José Murilo de Carvalho, pretende-se, neste artigo, examinar a trajetória do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) – principalmente na Baixada dos Goytacases (RJ), onde sua atuação foi mais intensa que em outras partes do país –, em consonância com os fundamentos teóricos dos autores citados. Assim, são identificadas quatro fases no mito do DNOS: tempo do apelo e da espera, tempo da presença, tempo da crise e tempo da lembrança. Para concluir, aborda-se o período posterior à extinção ao órgão, em plena fase do neoliberalismo.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Mito histórico; Departamento Nacional de Obras e Saneamento; saneamento.*

*Só com a descoberta da História – mais exatamente com o despertar da consciência histórica no cristianismo judaico e seu desenvolvimento com Hegel e seus sucessores – só através da assimilação radical deste novo modo de ser representado pela existência humana no Mundo foi possível ultrapassar o mito. Mas não é certo que o pensamento mítico tenha sido abolido (...) ele conseguiu sobreviver, embora radicalmente modificado (se não perfeitamente camuflado).*

Mircea Eliade

Tanto Claude Lévi-Strauss quanto Mircea Eliade, cada qual a seu modo, chamam a atenção para o aspecto estrutural, universal, permanente e sobre-humano do mito nas sociedades humanas. José Murilo de Carvalho (1990) salienta, porém, que “embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais”. Da nossa parte, acrescentaríamos que, nas sociedades tradicionais, as personalidades míticas assumem a condição divina com aparência humana, numa verdadeira operação de antropomorfização, ao passo que, nas sociedades modernas, realiza-se o procedimento inverso de divinizar o herói. Mais ainda: o processo de heroificação pode envolver seja um indivíduo seja uma instituição. Foi o que, segundo nos parece, sucedeu ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), particularmente na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, onde sua ação vai revestir-se de um caráter cosmogênico, civilizatório e mantenedor da ordem.

## A MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA E O CAOS

Baseado em dados fornecidos por Cazal e Pizarro, bem como em observações pessoais, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1974), visitando a cidade de Campos dos Goytacazes, em 1818, informa-nos que o distrito contava com cerca de 56 usinas de açúcar, no ano de 1769. Em 1778, esse número se elevava a 168. Entre 1779 e 1801,

duzentos engenhos fumegavam no distrito e, à época da sua passagem pela vila, estavam a operar quatrocentos engenhos de açúcar e doze destilarias. Essas fábricas eram pequenas e rudimentares, apresentando limitada capacidade de produção.

Nas duas últimas décadas do século XIX, a indústria açucareira do norte-fluminense assistiu a um profundo processo de modernização. Os inúmeros pequenos engenhos artesanais foram substituídos pelos engenhos centrais e pelas usinas, grandes unidades de produção movidas a vapor. Em 1917, um publicista escrevia que “Campos conta com perto de 30 usinas de açúcar. Por esse aspecto, se acha em condição superior a Pernambuco. Aí ainda se encontra grande número de engenhos – bangüês – o que é raro, raríssimo mesmo, no município de Campos” (Barreto, 1917). E nota que “a produção de açúcar em Campos poderia ser o triplo do que é. Poderia ser de 3.000.000 sacas” (ibidem, p.249).

Tudo indica que o aumento da capacidade produtiva das novas fábricas exigiu um correspondente aumento da produção da cana. Instalada numa imensa planície sedimentar de origem fluvial e marinha, a indústria açucareira esbarrou, nesse momento crucial de sua expansão, em constrangimentos impostos pela natureza não-humana. Reclamava-se também da insalubridade da região, coberta por uma infinidade de lagoas e brejos. Em 1903, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1903) declarava: “Estas terras, umas permanentes outras periodicamente encharcadas, em lugar de se tornarem fontes de vitalidade e de riqueza, permanecem distribuidoras nosogênicas e mantenedoras da miséria que deveriam corrigir e transformar”. Reportando-se à ecofisionomia original da região, Alberto Ribeiro Lamego (1974) corrobora, em 1946, as palavras do famoso engenheiro sanitário, pintando um quadro com cores fortes:

Centenas de lagoas, de brejais e alagadiços; do banhado imenso à insignificante poça há depressões sem conta; pântanos que recebem lavoura na estiagem e que as afoga em tempos d'água; tremedais perenemente inacessíveis, baixadas atoladiças; charcos intermitentes chupados pelo sol e que alagam de novo sob as chuvaradas; atoleiros barrando estradas; lamaçais engolindo o gado; o Paraíba transbordante e devastador, galgando as ribanceiras, espalhando-se em torrentes de rumo incerto, ao sabor de caminhos d'água esvanecidos num delta fossilizado; a malária, a ancilostomíase, as endemias latentes...

Em 1935, quando profundas incisões cirúrgicas já haviam sido efetuadas na baixa do norte-fluminense, a imprensa local e as representações de classe ainda reivindicavam do governo obras de drenagem e de saneamento para erradicar a malária.<sup>1</sup>

Em resumo, pode-se concluir que os aproximadamente quarenta mil hectares de terra ocupados pela indústria açucareira, em fins do século XIX, assemelhavam-se, aos olhos dos proprietários rurais e dos usineiros, a uma verdadeira ilha de prosperidade em meio ao caos. Para que o “progresso” continuasse a sua inexorável marcha, era preciso ordená-lo.

<sup>1</sup> Ver editorial “Socorramos os distritos – a zona do Muriaé dizimada pela febre palustre” e a notícia “A epidemia de paludismo”, ambos publicados na *Folha do Commercio*, Campos, respectivamente em 8.1.1935 e 24.1.1935.

## TEMPO DO APELO E DA ESPERA

Analisemos o mito do salvador. Raoul Girardet (1987) lembra que, em relação a ele, há o tempo da espera e do apelo, o tempo da presença e o tempo da lembrança. A periodização parece adequada para o mito que intentamos analisar aqui.

A partir da segunda metade do século XIX, o setor dominante da economia norte-fluminense começa a esboçar propostas esparsas para um projeto de desenvolvimento re-

gional. A primeira grande obra foi o canal Campos-Macaé, que começou a ser executado em 1845. Não é de estranhar que o projeto talvez mais bem formulado nos moldes da modernidade<sup>2</sup> tenha partido de Charles Ribeyrolles, republicano francês que veio para o Brasil em 1858 e aqui faleceu. Conhecendo as experiências européias da modernização e da domesticação do espaço, Ribeyrolles (1980) visitou Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São Fidélis, Campos e outras localidades. Suas propostas para o norte-fluminense vinham de atender aos anseios ainda desconexos das atividades econômicas hegemônicas da região. Seu projeto pode ser resumido aos seguintes pontos: 1) fixação da foz do Rio Paraíba do Sul, franqueando-a à navegação oceânica; 2) remoção do brusco desnível existente ainda hoje no Rio Paraíba do Sul à altura de São Fidélis, encompridando o estirão navegável desse; e 3) drenagem de lagoas, charcos e brejos, com vistas à ampliação da fronteira agropecuária. Por sinal, anota ele que a abertura do canal Campos-Macaé provocou o dessecamento de várias lagoas, como as do Osório, do Coelho, do Pessanha, do Sítio Velho, do Balseado, da Travagem, Campo da Cidade, Cinza, Piabanha, do Paulo, do Morcego, da Capivara, do Anil, do Carmo, da Mandiquera, do Moreno, do Campo Novo, do Engenho Velho, Suja e da Taboa (ibidem, p.34). Todavia, tal era a profusão de áreas baixas e alagadas ou alagáveis que a drenagem completa das lagoas mencionadas por Ribeyrolles representava apenas uma porção insignificante de espaço no universo dos ecossistemas lagunares da região. Não sem razão, ele finaliza o capítulo referente à baixada dos Goytacases com estas palavras: “Sonhamos para Campos, num futuro próximo, uma terra salubre, de culturas variadas, mais opulentas do que a terra lombarda, onde tão bem se sabe secar lagoas” (ibidem, p.36).

Cerca de meio século mais tarde, já com várias obras de saneamento empreendidas na baixada, Nilo Peçanha (1917, p.256) proferiu, na sessão de 19 de setembro de 1913 do Senado da República, um discurso em que advertia:

A velha escola, que se limitava a constatar fatores econômicos e em que o homem era dominado pela fatalidade das leis naturais, fez sua época. O pensamento contemporâneo reage por toda a parte, restituindo ao homem o seu verdadeiro lugar no seio da sociedade e no seio da natureza, varrendo a resistência dos climas e assinalando no solo, ingrato às vezes, traços do seu engenho e da sua iniciativa, parecendo até – no dizer de um publicista – que já não há mais geografia física, nem geografia política, mas uma geografia humana.

Referindo-se particularmente à conquista e à transformação do espaço na baixada norte-fluminense, o discurso contém os elementos essenciais em que apoiar-se-ia a instituição mítica do DNOS: o “verdadeiro” lugar do “homem” na sociedade e na natureza, que, de ser passivo, passa a ser ativo na transformação do mundo, configurando uma postura nitidamente antropocêntrica, e a superação da geografia física (limitada a estudar a fisionomia “natural” do espaço) e da geografia política (ocupada com o traçado das fronteiras nacionais e com a defesa dos Estados) pela geografia humana (empenhada em moldar o espaço pelo “homem” e para o “homem”).

Alimentados por essa concepção triunfalista, cada vez mais explicitada a partir da segunda metade do século XIX, é que os governos imperial e republicano ou da província, e depois Estado do Rio de Janeiro, iriam criar comissões de saneamento ou permitiriam que elas se constituíssem por concessão. A primeira delas foi a comissão do major Rangel de Vasconcelos, nomeada pelo governo imperial em 1883. Por meio de contrato celebrado em 16 de abril de 1889 e encerrado em 22 de janeiro de 1897, foi concedida ao engenhei-

**2** Valemo-nos do conceito de modernidade de forma relativa, como o faz Marshall Berman (1986). Trata-se de um período das Histórias Moderna e Contemporânea que, no sentido longo, funda-se com o Humanismo do século XVI; no sentido médio, inaugura-se com a Revolução Científica do século XVII; e, na curta duração, coincide com a fase correspondente à era industrial. Nos três entendimentos, a Modernidade é caracterizada por uma grande valorização da razão monológica, da ciência, da tecnologia, dos grandes relatos explicativos e emancipacionistas e das utopias de grande alcance.

ro civil João Teixeira Soares e ao Dr. Joaquim Pereira dos Santos autorização para dragagem de rios e drenagem de terras em todos os pontos da planície do norte-fluminense. Tendo como chefe o engenheiro João Teixeira Soares, depois substituído pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva, foi criada, pelo governo estadual, em 1894, e dissolvida em 1902, a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro. Entre 26 de maio de 1902 e 22 de janeiro de 1904, foi concedida pelo governo estadual permissão ao Dr. Francisco Ribeiro Moura Escobar para executar obras hidráulicas no norte-fluminense. Em 26 de fevereiro de 1910, o governo federal criou a Comissão Federal de Saneamento da Baixada, sob a chefia de Marcelino Ramos da Silva, que, um ano depois, foi substituído pelo engenheiro Fábio Hostílio de Moraes Rego. Foi dissolvida em 30 de junho de 1916. De 21 de setembro a 31 de dezembro de 1912, vigorou a Comissão do Porto de São João da Barra, chefiada pelo engenheiro José Martins Romeu. Sucederam-se a Comissão de Estudos para o restabelecimento do canal Campos-Macaé, criada em 3 de julho de 1918 e encerrada em 29 de abril de 1922; a Fiscalização da Baixada Fluminense, criada em 31 de dezembro de 1921; a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, concessão federal ao engenheiro Alencar Lima e ao Banco Português, entre 11 de março de 1921 e 12 de fevereiro de 1931; a Comissão de Estudos e Obras contra as Inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz, que funcionou entre julho de 1925 e janeiro de 1928; e a Comissão de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro, criada pelo governo estadual, em junho de 1929 e atuando até 1930 (Soffiati Neto, 1985, p.1627-38).

Segundo o engenheiro Acir Campos (1976, p.4), essas iniciativas foram todas elas infrutíferas. O tempo do apelo e da espera chegara ao fim.

## TEMPO DA PRESENÇA

Como se pode ver, foram feitas várias tentativas de “domesticar o ambiente hostil”, entre 1883 e 1933. Comissões de saneamento empenharam-se em impor ao espaço uma “ordem” sintonizada com os interesses da agroindústria açucareira. A despeito dos avanços obtidos, parece que os “entraves” de ordem natural não-humana continuaram a ser os principais fatores limitantes da produção agrícola e industrial.

Assim é que, em 5 de julho de 1933, por Portaria do Ministério de Viação e Obras Públicas, foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, atestando, juntamente com outros órgãos instituídos no mesmo período, a constituição de um Estado empreendedor e mais presente na vida econômica. Organizada pelo engenheiro Alfredo Conrado Niemayer, ela ficou sob a direção do engenheiro Hildebrando de Araújo Góes (1934), que efetuou um minucioso levantamento das condições sanitárias e de drenagem das planícies do Estado do Rio de Janeiro a partir dos estudos anteriores. Depois de considerar insuficientes os trabalhos anteriores, ele reconheceu apenas a qualidade do projeto de saneamento feito por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para a Planície dos Goytacases. Góes constituiu-se no grande nome da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e da primeira fase do DNOS.<sup>3</sup> Seus trabalhos só começaram efetivamente em 1935, após levantamento dos pontos críticos a serem atacados. A experiência foi tão bem-sucedida que, em 4 de julho de 1940, o Estado Novo transformou a Comissão no Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), alargando seu campo de ação para todo o território nacional.

Contando com volumosas dotações orçamentárias e animado por um espírito claramente antropocêntrico, o DNOS empreendeu obras ciclópicas na baixada norte-fluminense.

<sup>3</sup> Para maiores detalhes dos tempos heróicos da CSBF e do DNOS, ver Soffiati (2003, p.78-89).

se. Emparedou o baixo curso do Rio Paraíba do Sul com dois diques para contenção de enchentes; interligou as bacias do Paraíba do Sul e da Lagoa Feia em caráter permanente, através de canais; retificou o baixo curso dos rios Macabu, da Prata e Ururaí, que deságuam na Lagoa Feia; abriu cerca de 1.400 quilômetros de canais e promoveu a sua dragagem periódica; construiu mais de vinte pontes de concreto armado, e drenou total ou parcialmente incontáveis brejos e lagoas.

As proezas do DNOS acabaram por transformá-lo numa instituição mítica que fazia jus a verdadeiros gestos de reverência. Em sua ara, foi depositada a oferenda da Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962. Por ela, o DNOS era transformado em autarquia com autonomia financeira e administrativa. Para subsidiá-lo de recursos financeiros, criou-se o Fundo Nacional de Obras e Saneamento. O DNOS adquiriu o direito de cobrar uma contribuição pela valorização dos imóveis beneficiados por suas obras e serviços, bem como pela prestação de serviços de irrigação executados ou administrados por ele. Podia também vender a areia extraída dos trabalhos de dragagem e arrendar seus bens patrimoniais ou bens de domínio público sob sua administração. O artigo 46 da lei em apreço dá bem a dimensão do poder conferido ao DNOS:

Pertencem à União e ficam sob a jurisdição do DNOS, que poderá aforá-los ou aliená-los, os acrescidos de terrenos de marinha resultantes de obras realizadas pelo DNOS, bem como os recuperados nas margens dos rios, canais e lagoas, que por qualquer título não estejam no domínio particular.

Assim, o órgão chegou quase a atuar como força paralela dentro do Estado. Curiosamente, cabe observar que a lei a autorizar tamanhos poderes ao DNOS foi proposta pelo governo João Goulart e aprovada pelo Congresso Nacional num momento da história do Brasil em que a oposição entre conservadores e progressistas, direita e esquerda, beirava as raias da exacerbação. Os dois projetos políticos então em confronto, porém, referiam-se ao econômico e ao social. No tocante à natureza exterior às sociedades humanas, tanto liberais quanto socialistas estavam de mãos dadas: ela não passava de um espaço amorfo a ser dominado, ordenado e colocado a serviço do “Homem”. Aliás, essa concepção, que divisa a natureza não-humana como um caos a que se há de organizar com vistas ao “progresso” e ao bem-estar da humanidade, concepção cartesiana utilitarista, constituiu-se no substrato mais profundo sobre o qual se alicerçou o mito do DNOS. De origem cristã, ela foi adotada sem ressalvas, na fase contemporânea do mundo ocidental e ocidentalizado, por liberais, socialistas de diversos matizes e anarquistas.

## APOGEU E DECLÍNIO DE UM MITO

Há várias explicações para a morte dos mitos. Mircea Eliade (s. d., 1986) defende a tese de que os mitos, em seu estado mais forte, constituem apanágio de uma fase sacral da humanidade. Em sua perspectiva, o desencantamento do mundo teria começado com a revolução monoteísta judaico-cristã e culminado com a sociedade industrial, passando pela revolução científica do século XVII. Mesmo assim, reconhece o autor, é notória a sobrevivência dos mitos num mundo profano, de forma modificada ou camuflada. Num estudo escrito em homenagem a Raymond Aron, Claude Lévi-Strauss (1976) sustenta a permanência do mito. Esclarece ele:

Sabemos que os mitos se transformam. Estas transformações, que se operam de uma variante à outra de um mesmo mito, de um mito a um outro mito, de uma sociedade a uma outra sociedade com referência aos mesmos mitos ou a mitos diferentes, afetam ora a armadura, ora o código, ora a mensagem do mito, mas sem que este deixe de existir como tal; elas respeitam assim uma espécie de princípio de conservação da matéria mítica, em função do qual de qualquer mito sempre poderá sair um outro mito.

Na abordagem do antropólogo francês, um mito morre não por alcançar os limites de sua elasticidade ao ser distendido no tempo, mas por ultrapassar determinados limites geográficos ou por entrar em contato com outras culturas. Por esse prisma, o desmantelamento de um mito tem mais a ver com sua difusão e com processos aculturativos. Ainda em suas palavras

não é menos concebível que, vencendo sucessivas barreiras, o impulso fabulador se esgota e que o campo semântico das transformações, fácil de explorar no início, ofereça um rendimento decrescente. Tornando-se cada vez menos plausíveis à medida que se engendram uns aos outros, os últimos estágios do sistema imporiam tais distorções à armadura mítica, submeteriam sua resistência a tão rude prova, que ele acabaria por ruir. Então, o mito cessaria de existir como tal. Ou se esfumaria para ceder o lugar a outros mitos, característicos de outras culturas ou de outras regiões; ou ainda, para subsistir, sofreria alterações que afetariam não só a forma, mas a própria essência mítica. (ibidem, p.269)

Esse enfoque se aplica mais à compreensão das transformações e desfigurações por que passam os mitos nas sociedades humanas simples. Para a análise dos mitos nas sociedades humanas complexas, a matriz proposta por Raoul Girardet (1987, p.86 e 180) se nos afigura mais apropriada. Duas observações dele nos parecem pertinentes. A primeira mostra que os mitos políticos apresentam tempos fortes e tempos fracos, momentos de efervescência e períodos de remissões. A segunda enfatiza que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade nos “períodos críticos”.

Ora, o tempo forte do mito DNOS corresponde à falência das várias comissões de saneamento que o antecederam, e ao período em que seu poder e seus métodos de ação não são contestados, antes merecem a exaltação de quase todos os segmentos da sociedade, produtores de cana e usineiros à frente. Nesse momento de crise das iniciativas governamentais ou particulares de dominar a natureza não-humana e de êxito do DNOS, o mito assume um estado de latência, já que não carece ser explicitado. Seu tempo fraco coincide com duas crises, uma externa e outra interna, ambas imbricadas: a da agroindústria sucroalcooleira no norte-fluminense e a do próprio DNOS como instituição.

O primeiro questionamento formulado ao órgão veio da comunidade científica. Em 1976, o diretor do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, ligado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Harold Edgard Strang (1976), partindo de um paradigma ecológico, teceu severas críticas às obras do DNOS no norte-fluminense. A resposta do diretor regional do órgão veio rápida e fulminante, no talvez mais rico documento para o presente estudo. Trata-se de um parecer em que o engenheiro Acir Campos explicita esplendidamente o mito do DNOS. Acreditando, com toda convicção, estar apoiado nas “leis imutáveis da ciência”, o técnico não faz senão produzir um discurso eminentemente mítico e ideológico. Disse ele então que “as epidemias de cólera em 1854, de tifo em 1878 e a malária e impaludismo crônico, além das inundações cíclicas e periódicas

cas tornavam toda região inaproveitáveis (sic) às práticas agrícolas e insalubre ao homem ou qualquer vida animal” (Campos, 1976, p.3). A seus olhos, “toda região era um *desastre ecológico*, e biologicamente desequilibrada e inaproveitável” (ibidem, grifo no original). Prossegue ele, explicando que “todas as tentativas e iniciativas tomadas pelos Governos Federal e Estadual, no sentido de sanear a região, restabelecer o equilíbrio Ecológico e Biológico, tornar seus recursos naturais aproveitáveis, foram infrutíferas e baldadas” (ibidem, p.4). E arremata, enaltecendo a atuação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, que “veio para ficar” (ibidem, p.5). Comenta ainda que,

Amparada numa legislação específica que lhe dava total autonomia, apoiada numa equipe de técnicos de rara genialidade, de espírito pesquisador e criador, sustentada por um punhado de operários e homens de campo, de fé e de vontade inquebrantável e que a despeito dos fatores adversos, antagonismos e pressões, levaram avante seu trabalho. No ideal de sanear e corrigir as aberrações da natureza, a comissão criou alma. É o ainda hoje conhecido “Espírito da Baixada Fluminense”, que ainda hoje perdura. (ibidem)

Em 1940, a Comissão foi transformada no Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que deu continuidade aos seus trabalhos. “Aquele caos Ecológico, aqueles pantanais insalubres, aquele desequilíbrio biológico foi recuperado, graças somente e tão somente ao DNOS, que buscou suas soluções inspirado nos ensinamentos de Osvaldo Cruz, o grande Médico e Biólogo Nacional” (ibidem, p.5).

Em 1978, uma segunda estocada. Um parecer conjunto das assessorias da presidência da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, assinada por Henrique Salgado Bandeira de Mello (1978), analisava os riscos que as obras empreendidas pelo DNOS no norte-fluminense poderiam acarretar em termos de desequilíbrio ambiental. Dessa vez, o revide partiu do engenheiro residente do DNOS em Campos, Neif Camis. “Que conhecimento tem a FEEMA da Lagoa Feia?” – perguntava ele. “Há cerca de 15 dias estive aqui uma bióloga ligada à Fundação para colher água da Lagoa. Se eles não conhecem nem a água, embora estejam atuando teoricamente na região há três anos, como pode afirmar que ela está em processo de degeneração?”<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, contudo, mostrava inadvertidamente o calcanhar-de-aquiles da instituição: “na época da implantação do órgão, não havia essa preocupação (com o meio ambiente): o DNOS tem determinadas funções, e para ele o mais importante é o equilíbrio. Está me parecendo que os conservacionistas estão excessivamente preocupados com os animais e plantas em detrimento do homem”.<sup>5</sup>

Em outubro de 1979, as biólogas Dorothy Sue Dunn de Araújo e Norma Crud Maciel, ambas da FEEMA, efetuaram uma análise do material relativo ao projeto do DNOS na Baixada Campista, tomando por base os estudos feitos pela Engenharia Gallioli. Agora, a condenação das obras vinha sumária (Araújo & Maciel, 1979).

Outro setor da sociedade a contestar o DNOS e a travar com ele uma luta sem tréguas, a partir de 1978, foram os ecologistas reunidos em torno do Centro-Norte-Fluminense para Conservação da Natureza. A preocupação com o meio ambiente era uma questão nova que despertava o interesse dos meios de comunicação e a curiosidade pública. O papel dos ecologistas, então, foi o de se constituir no elo entre a comunidade científica e a população, traduzindo em linguagem acessível os estudos e pareceres técnicos. Minoria organizada, eles souberam, com muita habilidade, ocupar as páginas dos jornais, as emisoras de rádio e os canais de televisão, ora escrevendo artigos e cartas ora concedendo en-

<sup>4</sup> Folha da Manhã, Campos, 19.8.1978; A Notícia, Campos, 19.8.1978; e O Fluminense, Niterói, 20-21.8.1978.

<sup>5</sup> Folha da Manhã, matéria supra.



trevistas (Soffiati, no prelo). Mas o ativismo dos ecologistas não se limitou aos meios de comunicação. As reduzidíssimas lideranças desdobraram-se em debates com representantes do DNOS e de órgãos de meio ambiente, como também com líderes e técnicos de associações e sindicatos de produtores de cana, pecuaristas e usineiros, nas Câmaras Municipais, na Assembléia Legislativa e em fóruns científicos, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ao mesmo tempo, estabeleceram uma aliança com o segmento social mais diretamente afetado pelas obras do DNOS: os pescadores.

Papel relevante coube também à imprensa. Em 1977, os jornalistas Carlos Amorim e Manoel Soares estamparam no jornal carioca *O Globo* matéria de página inteira chamando a atenção para as profundas e irreversíveis alterações ambientais provocadas pelo DNOS no norte-fluminense. Essa reportagem, aliás, foi encaminhada oficialmente pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, Golbery do Couto e Silva, e ao governador do Estado do Rio de Janeiro, Floriano Peixoto Faria Lima.<sup>6</sup> A réplica não tardou a sair na revista Saneamento, órgão de difusão do DNOS (Simões, 1977). Os meios de comunicação com estrutura empresarial foram apanhados de surpresa pela nova questão. O DNOS, acomodado na condição de mito inatacável, habituado a operar dentro da liberdade que lhe concediam a legislação e o regime militar e “paquidermizado” pelos “gloriosos feitos do passado”, não conseguiu se movimentar em tempo hábil para, se não neutralizar a imprensa, ao menos mitigar os ataques sofridos. A campanha contra o órgão fluiu então profusamente. Em matéria publicada na *Folha da Manhã* de 28 de outubro de 1978, podia-se ler: “O chefe da residência local do DNOS, ao concordar em receber a imprensa, disse num tom de humor que assim procedia ‘porque o que ainda me resta é um pouquinho de educação, porque o resto vocês (a imprensa) já tiraram tudo’”.<sup>7</sup> Um artigo assinado por Aloysio de Gonzaga Balbi (10.9.1978) vinha ilustrado por um monstro com fisionomia de draga, procurando representar o DNOS, ao passo que *A Notícia* publicava uma pequena história em quadrinho, ridicularizando a instituição.<sup>8</sup>

Passado o primeiro impacto, entretanto, a imprensa se recompôs não no nível anterior ao início do colapso do DNOS. Se antes o órgão só merecia encômios, agora era recomendável buscar o justo meio: elogiar todo o trabalho desenvolvido pelo órgão na região, mas também chamar atenção para os limites da natureza; acentuar a importância da infra-estrutura montada pelo DNOS para a agropecuária e para a agroindústria sucroalcooleira, ao mesmo tempo lembrando a existência da atividade pesqueira; isentar o DNOS pelas invasões perpetradas nas lagoas e atribuí-las tão-somente aos proprietários rurais. A *Folha da Manhã* esmerou-se na busca desse equilíbrio.<sup>9</sup> Por sua vez, o *Monitor Campesita*, em face de desentendimentos particulares com o engenheiro Acir Campos, não lhe poupou críticas em alguns de seus editoriais.

De todos os setores, contudo, o que mais óbices criou ao DNOS foi o dos pescadores de água doce e salobra. Em 1978, Acir Campos opinava arrogante sobre a pesca num grande periódico carioca: “Não se pode proteger uma pseudo-indústria pesqueira nem compará-la com a cana-de-açúcar, que traz divisas para o Estado e para o país. Toda a importação nacional é compensada com quatro produtos: café, soja, cacau e açúcar. Não me consta que se exporte peixe da Lagoa Feia”.<sup>10</sup> Secularmente instalados em Ponta Grossa dos Fidalgos, às margens da Lagoa Feia; em Mundéus, junto à lagoa do Campelo; e no Farol de São Tomé e adjacências, os pescadores vivem até hoje de uma atividade extrativista, praticada em moldes artesanais, para fins de subsistência ou de comercialização. Dependentes dos ciclos da natureza e atingidos pelas obras do órgão federal, os pescadores,

6 FBCN. *Ofícios* nº 488/77, 1 de julho de 1977, e nº 526/77, 11 de julho de 1977. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1977.

7 *Folha da Manhã*. Campos, 28.10.1978.

8 *A Notícia*. Campos, 29.10.1978.

9 Ver, a respeito, na *Folha da Manhã*, Campos, os editoriais “O homem e a natureza” (28.8.1979), “Inversão da ordem” (28.10.1979), “Contradições do desenvolvimento” (20.1.1980), “Tarefa do todos” (7.5.1981) e “Ponto de equilíbrio” (5.6.1981). Ver também, no mesmo jornal, os artigos “Invasão e equilíbrio biológico” (16.11.1979) e “Preservar para usufruir” (26.5.1981), assinados por Fábio Ferraz de Oliveira, defendendo a mesma posição.

10 “DNOS diz que não tem culpa pelo estado da Lagoa Feia”. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 22.6.1978.

de certa forma, continuam excluídos dos grandes projetos da modernidade e sempre se mostraram imunes ao caráter mítico do DNOS. Enquanto as fontes de sua atividade econômica suportaram, eles coexistiram com as ações do órgão. No entanto, quando se decidiu incorporar definitivamente a Lagoa Feia, a rede de canais da baixada e a Lagoa do Campelo à estrutura agropecuária e agroindustrial, os pescadores se sublevaram.

O primeiro levante ocorreu em Ponta Grossa dos Fidalgos, no dia 25 de setembro de 1978, quando seiscentos pescadores em cem canoas paralisaram uma draga flutuante do DNOS. Logo em seguida, no dia 26 de outubro, os pescadores do Farol de São Tomé concentraram-se junto ao canal de Quitungute e, empunhando a bandeira brasileira, deram ao DNOS o prazo de 48 horas para de novo promover a sua abertura para o mar. A vinda a Campos do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, demoveu-os de levarem a cabo a promessa. O clima de tensão diminuiu, mas tornou a se aquecer em outubro de 1979, quando os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos novamente detiveram uma draga flutuante do DNOS, dessa vez também portando simbolicamente a bandeira nacional. Dentro dessa atmosfera de conflito, os pescadores da Lagoa do Campelo arrancaram as comportas automáticas instaladas no Valão da Cataia, que a liga ao Rio Paraíba do Sul, no dia 13 de agosto de 1980.

Como reação, o DNOS acionou a Polícia Federal e o 56º Batalhão de Infantaria, situado em Campos. O procurador do órgão, Gilson da Silva Moraes, sustentou que os pescadores estavam sendo incitados à prática da violência por terceiros.<sup>11</sup> Pelos depoimentos tomados aos acusados, o delegado federal Rubson Fioravante, todavia, chegou à conclusão de que as atividades do órgão estavam de fato afetando a economia pesqueira. Em suas palavras,

Não há como pensar em subversão, uma vez que vemos três movimentos dissociados entre si, surgidos da necessidade dos pescadores garantirem sua sobrevivência; em Barra do Furado, eles reivindicam, principalmente, condições propícias para o pescade de camarão; em Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores defendem a manutenção de cota suficiente para garantir a pesca do robalo e de outras espécies subaquáticas; na Lagoa do Campelo, eles estão preocupados com o seu secamento, em virtude das obras lá realizadas.<sup>12</sup>

O parecer da Polícia Federal surpreendeu as partes envolvidas e contribuiu, a seu modo, para enfraquecer mais ainda o DNOS.

Por fim, cabe registrar a participação da Câmara Municipal, bastante limitada pelos interesses de vereadores beneficiários das obras do DNOS. A pressão dos acontecimentos, entretantes, foi de tal magnitude, que o Poder Legislativo Municipal não pôde se furtar de se manifestar sobre a questão. Para tanto, convidou o engenheiro Acir Campos a proferir uma palestra em suas dependências no dia 25 de outubro de 1979. O diretor regional do DNOS leu o seu pronunciamento. Nele, anunciou que os trabalhos de dragagem na Lagoa Feia seriam paralisados até que ficassem bem claras para os pescadores as intenções do órgão. Mais uma vez, referiu-se aos “descalabros” da natureza, que necessitam “da intervenção da mão do homem e do gênio da técnica, que se respaldam e se fundamentam exatamente no estudo e interpretação dos fenômenos da natureza, para ajudar a própria natureza e para corrigir estas variações que trazem prejuízos e intranquilidade às populações ribeirinhas que necessitam da própria Lagoa para sua vida e subsistência”. Atribuindo a redução da área da Lagoa Feia tão-somente a fenômeno naturais, “sem quaisquer intervenções da mão do homem”, o engenheiro salientou que “a obra do DNOS

**11** *Folha da Manhã*. Campos, 23.10.1978.

**12** *O Fluminense*. Niterói, 29-30.10.1978.

visa e objetiva corrigir estas anomalias, no sentido de perenizar, defender, e preservar a lagoa em níveis estáveis, propiciando a manutenção deste patrimônio natural para o bem de todos e seu uso adequado pela coletividade”. Empenhado em demonstrar que as obras do DNOS beneficiavam também os pescadores, ele concluiu mais modesto, pedindo

um voto de confiança ao DNOS, a mais esta obra na região de Campos, ao mesmo tempo em que lembramos e rememoramos a este povo de que já executamos em Campos, 1600Km de canais que possibilitaram uma intensa lavoura canavieira, já executamos 285 pontes que decisivamente contribuíram com a rede viária do município bem como executamos 65 Km de diques marginais ao Rio Paraíba que defendem a cidade em cada ano, em cada verão e em cada enchente.<sup>13</sup>

**13** *Monitor Campista, A Notícia e Folha da Manhã. Campos, 26.10.1979.*

A ação da Câmara Municipal não cessou aí. Pela Resolução nº 3.664, de 24 de outubro de 1979, foi criada uma comissão especial para estudar a invasão de terras nas margens da Lagoa Feia. A Comissão concluiu, mediante parecer, que as denúncias de invasão do leito da lagoa com aquiescência do DNOS eram procedentes. Não contente com a conclusão, o vereador Hélio de Freitas Coelho emitiu parecer em separado, propondo medidas incisivas para defender o ecossistema lagunar.<sup>14</sup> De posse desses documentos, Acir Campos (1980) procurou contestar as pessoas inquiridas, dando razão somente ao fazendeiro Dermeval Queiroz, considerado um dos maiores invasores da lagoa, segundo quem a diminuição de sua superfície devia-se a causas exclusivamente naturais, além de invocar novamente as imutáveis leis da ciência.

**14** *Parecer da Comissão Especial para estudar a invasão de terras nas margens da Lagoa Feia. Campos: Câmara Municipal, 17.1.1980, e Parecer em separado do Vereador Hélio de Freitas Coelho. Campos: Câmara Municipal, 18.1.1980.*

## TEMPO DA LEMBRANÇA

Sob fogo cerrado de cientistas com visão nova, de ecologistas, de pescadores e de alguns parlamentares, o mito do DNOS sustinha-se fragilmente apenas nos beneficiários diretos de suas obras e numa argumentação técnica convencional. Todavia, até essas duas bases de sustentação começaram a manifestar sinais de enfraquecimento. Já em 1978, o procurador do DNOS em Campos, Gilson da Silva Moraes, lastimava

que ninguém tenha levantado uma só palavra em defesa do órgão. Nem usineiros e nem plantadores de cana, que são os beneficiados com os sistemas de irrigação do DNOS. Esperávamos que essas classes se pronunciassem no sentido de salvaguardar não só seus interesses como economia básica, mas também a nossa posição em realizar um programa diretamente para essas classes.<sup>15</sup>

**15** *Folha da Manhã. Campos, 23.10.1978.*

Só em 1983, Acir Campos, depois de um discurso carregado de dramaticidade ante proprietários rurais e usineiros, conseguiu arrancar um tímido apoio desses segmentos sociais, apoio que, diga-se de passagem, não se traduziu em ação.<sup>16</sup>

**16** *Monitor Campista e Folha da Manhã. Campos, 9.11.1983.*

Quanto aos argumentos convencionais de natureza técnica, coube a uma empresa de consultoria contratada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool demonstrar que as obras do DNOS não se prestavam inteiramente a atender o maior pleito da economia agroindustrial sucroalcooleira: a irrigação. A rede de canais executada pelo órgão tinha sido dimensionada de maneira incorreta e não poderia ser aproveitada no seu conjunto. Com a credibilidade abalada, o DNOS jogou no que seria a sua última cartada. Planejou construir um ter-

minal pesqueiro na Foz do Canal da Flecha, que liga a Lagoa Feia ao oceano. Rios de dinheiro foram consumidos nessa obra suntuária que não foi concluída e que mereceu as mais acerbadas críticas de técnicos e ecologistas.

A essa altura, cremos já contar com elementos suficientes que nos permitam ensaiar uma explicação para a falência do mito do DNOS. Em primeiro lugar, o órgão agigantou-se demasiado e aferrou-se a uma determinada concepção de natureza que começou a ser contestada, no Brasil, a partir dos anos 1970. Falando à imprensa em 1978, Neif Camis, engenheiro residente em Campos, declarava que “a legislação que criou o DNOS atribuiu-lhe determinadas funções. Ecologia é recente e não entra no mérito das discussões”.<sup>17</sup> A dimensão ambiental foi imposta ao órgão pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, mediante resoluções que exigiam estudos de impacto ambiental para obras já realizadas ou por realizar, exigência por sinal jamais cumprida. Finalmente, em 1986, foi estampada a seguinte notícia na Folha da Manhã: “Segundo o vice-diretor do órgão no RJ, José Carlos Fonseca, o DNOS da Nova República, num trabalho de reconquista da credibilidade, não executará mais nenhuma obra na região que não seja precedida de um relatório de impacto no meio ambiente”.<sup>18</sup> Mas era tarde demais. O órgão se transformara num dinossauro e não conseguia se adaptar aos novos tempos.

Embora atuando em todo território nacional, foi nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul que a ação do DNOS revelou-se mais intensa. Curioso notar que, também no Rio Grande do Sul, as obras do órgão sofreram contestação ainda mais forte. Pela Portaria nº 10/79, o secretário estadual de Saúde e do meio Ambiente proibiu toda e qualquer obra de drenagem dentro dos limites do Banhado Grande, levando-se em conta que o DNOS, entre 1970 e 1975, reduziu sua superfície de 450 km<sup>2</sup> para apenas 50 km<sup>2</sup> (Lustosa, 1979).

Em segundo lugar, o órgão não contou com construtores competentes de mitos em número suficiente. Ao que se saiba, em todo o cenário nacional, só o engenheiro Acir Campos revelou aptidão necessária para traduzir os lampejos difusos do imaginário dos funcionários da instituição e das camadas sociais interessadas num discurso mítico articulado. Em terceiro lugar, o mito do DNOS como entidade ordenadora do caos, civilizadora e mantenedora do cosmo não chegou a exercer o devido fascínio sobre todos os seus técnicos, numa época em que o mítico sofreu recuo diante do profano, conforme o clássico estudo de Mircea Eliade (s. d.). Aquilo que Acir Campos denominou de “Espírito da Baixada Fluminense” não apresentou o desejado poder de atração, em parte por falta de senso corporativista entre os funcionários do órgão, em parte pelos interesses diversos e contraditórios no interior da sociedade norte-fluminense. Em quarto lugar, o órgão não dedicou a devida atenção a um serviço de relação públicas capaz de popularizar suas intenções junto aos beneficiários de suas obras e aos pescadores, segmento que mais resistência opôs às obras do órgão. Para suprir essa lacuna, o Decreto nº 84.426, de 24 de janeiro de 1980, criou uma Coordenadoria de Comunicação Social na estrutura do DNOS. Designou-se para ocupá-la o assessor de Comunicação Social do Ministério do Interior, Silvio José da Cruz de Oliveira. Em sua primeira entrevista, declarou ele que o DNOS e outros órgãos federais não estavam acostumados a dar satisfação a respeito de seus atos à comunidade, e que o contribuinte tinha o direito de saber o que se fazia com seu dinheiro. Em dois encontros, um com os ecologistas e outro com os pescadores, a tentativa do DNOS em remover as resistências resultou em fragoroso fracasso.<sup>19</sup> Os assessores não mais retornaram ao campo de batalha.

**17** A Notícia. Campos, 19.8.1978.

**18** Folha da Manhã. Campos, 24.8.1986.

**19** Monitor Campista, A Notícia e Folha da Manhã. Campos, 29.2.1980; Folha da Manhã. Campos, 18.3.1980.

20 “DNOS: prioridade para o norte-fluminense”. In: *Correio Brasiliense*. Brasília, 22.10.1981.

Diante de tais razões, o desmoronamento do mito parecia inevitável. A apologia da atuação do DNOS na região, começada com um artigo publicado na revista Saneamento, (Simões, 1977) era um franco indício de que o órgão começava a adotar postura defensiva. Seguiram-se a ele um panegírico de Neif Camis (1978) e uma notícia publicada no *Correio Brasiliense*.<sup>20</sup> O DNOS voltava-se para o passado e procurava convencer seus críticos da sua imprescindibilidade para a região à força de monótonas repetições. Eram notórios os sintomas de esclerosamento. Finalmente, ele foi extinto logo no primeiro pacote de medidas do presidente Fernando Collor de Melo, em março de 1989. Em seu lugar, criou-se um vazio que não foi efetivamente ocupado nem pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Infra-Estrutura, nem pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, nem pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Esse vácuo, associado ao abandono das obras executadas pelo órgão, tem estimulado a iniciativa privada a agir por conta própria, em atenção a seus interesses, mormente num contexto neoliberal.

Referindo-se à República brasileira, José Murilo de Carvalho (1990, p.54) nota que “o mito da origem ficou inconcluso, como inconclusa ficara a República”. Da mesma forma, o mito do DNOS ficou inconcluso e sofreu uma implacável corrosão a partir de 1975, mas não se pode afirmar que tenha morrido. Uma que outra vez, defensores nostálgicos do “grande” Departamento Nacional de Obras e Saneamento ainda se manifestam publicamente, recordando seus feitos fabulosos, notadamente nos momentos em que as obras deixadas por ele entram em colapso. Em 1991, por exemplo, o último chefe da residência local do DNOS em Campos, Carlos Faria (17.11.1991), recontou toda a saga do órgão na região. Provavelmente, outros irão ainda se recordar dos “bons tempos”. De qualquer maneira, tendo vivido os tempos do apelo e da presença, ele vive agora o tempo da lembrança.

## TENTATIVAS DE TAPAR O BURACO

Sempre lembrado, o DNOS não foi substituído por nenhum órgão que contasse com sua amplitude de ação, tendo ou não a sua orientação. Ao lado das recordações evocadas por lideranças políticas e empresariais, ele deixou um vazio e dívidas. O vácuo não foi preenchido pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), como era de esperar. Nos tempos neoliberais inaugurados pelo governo Collor de Mello, assistiu-se a uma retração do Estado. Assim, a imensa rede de canais e o sistema de comportas construídos pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e pelo DNOS, interligando as bacias do Rio Paraíba do Sul, da Lagoa Feia e do Rio Guaxindiba, ficaram ao relento e foram sendo ocupados pelos governos municipais (sobretudo por Campos dos Goytacases, Quissamã e São João da Barra), por associações de ruralistas e por particulares (Carneiro, 2003).

Essa pulverização do poder não permitiu mais a eficiência do passado, mas também não significou a vitória de pescadores e de pequenos proprietários rurais, esses segundos originados de projetos de assentamento promovidos pelo Movimento dos Sem-Terra, com interveniência do Incra. Os interesses hegemônicos continuaram a prevalecer sobre a economia pesqueira e sobre a visão dos ecologistas. Os conflitos sociais continuaram a eclodir, embora não mais com o mesmo grau de organização verificado em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Os pontos mais críticos têm sido o Buraco do Ministro, na confluência do Canal do Quitungute com o Canal da Flecha, o Valão da Ca-

taia, em sua ligação com o Rio Paraíba do Sul, e a Lagoa Feia do Itabapoana. Esse último veio à tona apenas na década de 1990, conquanto as obras causadoras dele datem dos anos de 1960 e 1970 (Soffiati, 2004; Borges, Andrade & Salles, 2005). Em todos os casos, as soluções têm sido paliativas ou francamente favoráveis a proprietários rurais, valendo-se, principalmente, dos poderes públicos estadual e municipais.

Os ecologistas, por seu turno, ingressaram com representação no Ministério Público Federal requerendo a definição de competências para o gerenciamento do imenso sistema e cobrando, igualmente, a dívida deixada pelo DNOS de efetuar um grande estudo de impacto ambiental de suas obras, conforme exigência das Resoluções nº 012, de 26 de setembro de 1984, e nº 002, de 23 de janeiro de 1986, ambas emanadas do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Essa iniciativa deu origem a um Procedimento Administrativo que se transformou numa Ação Civil Pública.<sup>21</sup> Ao mesmo tempo, os ecologistas instigaram o Ministério Público Estadual a oferecer Ação Civil Pública para a demarcação de 22 lagoas, inteira ou parcialmente dentro dos limites do município de Campos, pela Serla.<sup>22</sup> As duas ações trouxeram resultados positivos do ponto de vista jurídico.

Quanto à primeira, o processo encaminhou-se para dois convênios: um entre o Ministério da Integração Nacional e o governo do Estado do Rio de Janeiro, e outro entre o segundo e a Agência Nacional de Águas. Aquele transferiu a gestão do sistema de canais e comportas construído pelo DNOS para a Serla. Esse delega à Serla a cobrança pelo uso da água, nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituindo a Política Nacional dos Recursos Hídricos.

Até o momento, as ações da Serla estão contemplando os interesses dos ruralistas e dos governos municipais. As decisões passam ao largo das representações dos pescadores, do Consórcio dos Municípios do Baixo Rio Paraíba do Sul e do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Campos dos Goytacases.

A luta dos ecologistas pleiteia que as bacias hídricas sejam tomadas como base para a gestão do território, sendo cada comitê não um comitê para gestão dos recursos hídricos, mas para gestão do meio ambiente de modo geral. Na nova divisão do território estadual que o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos está tentando impor, a parte relativa ao norte-noroeste-fluminense não respeita a realidade geológica, hídrica e histórica. Por sua vez, a intervenção da Serla repete o padrão do DNOS, mas sem conseguir se constituir num novo mito para as classes dominantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES DATILOSCRITAS

- ARAÚJO, D. S. D. de; MACIEL, N. C. *Análise do material relativo ao Projeto do DNOS na Baixada Campista*. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, 29 de outubro de 1979.
- BANDEIRA DE MELLO, H. S. *Parecer conjunto das assessorias da presidência da FEEMA sobre as obras de Macrodrenagem no Norte-Fluminense*. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 6 de março de 1978.
- CAMPOS, A. *Parecer apresentado ao Diretor Geral do DNOS*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1976, p. 4.

**21** MPF. Procedimentos Administrativos nº 81202.000023/96-10, 81201.000036/95-72 e 81202.000025/96-45. Justiça Federal. Processo nº 2001.5103000390-0.

**22** Justiça Estadual. Processo nº 1.092/94.

**Arthur Soffiati** é doutor em História Ambiental pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacases – RJ. E-mail: soffiati@censanet.com.br

Artigo recebido em outubro de 2005 e aprovado para publicação em novembro de 2005.

CAMPOS, A. *Relatório ao diretor geral do DNOS*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 15 de abril de 1980.

FBCN. *Ofício nº 488/77*, 1 de julho de 1977, Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1977.

\_\_\_\_\_. *Ofício nº 526/77*, 11 de julho de 1977. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1977.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS. *Parecer da Comissão Especial para estudar a invasão de terras nas margens da Lagoa Feia*. Campos: Câmara Municipal, 17/01/80

\_\_\_\_\_. *Parecer em separado do Vereador Hélio de Freitas Coelho*. Campos: Câmara Municipal, 18/01/80.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procedimento Administrativo nº 81202.000023/96-10. \_\_\_\_\_. Procedimento Administrativo nº 81201.000036/95-72.

\_\_\_\_\_. Procedimento Administrativo nº 81202.000025/96-45.

JUSTIÇA ESTADUAL. Processo nº 1.092/94.

JUSTIÇA FEDERAL. Processo nº 2001.5103000390-0.

STRANG, H. E. *Ofício nº 200 do Departamento de Recursos Naturais Renováveis*. Rio de Janeiro: 18 de maio de 1976.

#### FONTES IMPRESSAS

A epidemia de paludismo. *Folha do Commercio*, Campos, 24.1.1935.

*A Notícia*, Campos, 19.8.1978.

AMORIN, C.; SOARES, M. Plano do DNOS ameaça equilíbrio ecológico no norte-fluminense. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15.5.1977.

BALBI, A. de G. O monstro da lagoa Feia. *Monitor Campista*. Campos, 10.9.1978.

Socorramos os distritos – a zona do Muriaé dizimada pela febre palustre. *Folha do Commercio*, Campos, 8.1.1935.

Contradições do desenvolvimento. *Folha da Manhã*, Campos, 20.1.1980.

DNOS diz que não tem culpa pelo estado da Lagoa Feia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22.6.1978.

DNOS: prioridade para o norte-fluminense. *Correio Brasiliense*. Brasília, 22.10.1981.

FARIA, C. Campista ameaça a baixada. *Folha da Manhã*. Campos, 17.11.1991.

*Folha da Manhã*, Campos, 19.8.1978.

Inversão da ordem. *Folha da Manhã*, Campos, 28.10.1979.

*O Fluminense*, Niterói, 20-21.8.1978.

O homem e a natureza. *Folha da Manhã*, Campos, 28.8.1979.

OLIVEIRA, F. F. de. Invasão e equilíbrio biológico. *Folha da Manhã*, Campos, 16.11.1979.

\_\_\_\_\_. Preservar para usufruir. *Folha da Manhã*. Campos, 26.5.1981.

Ponto de equilíbrio. *Folha da Manhã*, Campos, 5.6.1981.

Tarefa de todos. *Folha da Manhã*, Campos, 7.5.1981.

#### BIBLIOGRAFIA

BARRETO, J. A zona açucareira. In: *Estado do Rio de Janeiro – Aspectos políticos e econômicos*: o Sr. Nilo Peçanha. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comercio, 1917.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BORGES, E. W. B.; ANDRADE, M. A. de; SALLES, V. A. C. de. *Lagoa Feia do Itabapoana (RJ) – Um prévio diagnóstico ambiental*. Centro Federal de Educação de Campos – CEFET. Campos dos Goytacases, 2005 (monografia de especialização).
- BRITO, F. S. R. de. *Saneamento de Campos*. Campos: Typographia de Silva, Carneiro e Cia., 1903.
- CAMIS, N. Departamento Nacional de Obras e Saneamento: uma contribuição ao desenvolvimento de Campos. In: *A Cidade/Folha do Comércio*. Campos, novembro de 1978.
- CARNEIRO, P. R. F. *Dos pântanos à escassez: uso de água e conflito na Baixada dos Goytacases*. São Paulo: Annablume, 2003.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GÓES, H. de A. *Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, 1934.
- LAMEGO, A. R. *O homem e o brejo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lido, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, C. Como morrem os mitos. In: *Antropologia estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- LUSTOSA, C. Preservação da bacia hidrográfica. *Revista da Procuradoria Geral do Estado*, Porto Alegre: Instituto de Informática Jurídica – RS, v.9, 1979.
- PEÇANHA, N. Discurso proferido no Senado da República em 19/9/13. In: BARRETO, J. *Estado do Rio de Janeiro – Aspectos políticos e econômicos: o Sr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comercio, 1917. p. 256.
- RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980. v.2.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelo Distrito de Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1974.
- SIMÕES, D. F. Norte-fluminense – uma opção ecológica. *Saneamento*, Rio de Janeiro, v.51, n.3 e 4, jul./dez. de 1977.
- SOFFIATI, A. Saturnino de Brito e o saneamento da Baixada dos Goytacases. In: *Anais do Seminário Saturnino de Brito: 100 Anos do Projeto de Saneamento de Campos*. Campos dos Goytacases: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2003. p.78-89.
- SOFFIATI, A. A Lagoa Feia do Itabapoana e seu conflitos sociais. In: ACSELRAD, H. (Org.) *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- \_\_\_\_\_. As Lagoas do Norte Fluminense: Contribuição à História de uma Luta (artigos e entrevistas). No prelo.
- SOFFIATI NETO, A. A. A agonia das lagoas do norte fluminense. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.37, n.10, p.1627-38, out.1985.

**ABSTRACT** Considering the concept of historical myth largely discussed by authors as Raoul Girardet and José Murilo de Carvalho, this article examines the trajectory of the National Department of Works and Sanitation (DNOS), mainly in Baixada dos Goytacases (Rio de Janeiro state), where its action was greater than in other regions of the country. Four phases are identified in this mythical institution experience: time of appeal and



D N O S : U M A I N S T I T U I Ç Ã O M Í T I C A

*expectation, time of presence, time of crisis and remembrance. In conclusion, some comments are made on the period that followed DNOS extinction, in a full phase of neoliberalism.*

**K E Y W O R D S** *Historical myth; sanitation; environmental agencies.*